

14438 - A inserção do mecanismo de avaliação da conformidade orgânica de alimentos SPG (Sistema Participativo de Garantia) no assentamento de Cachoeira Grande, Magé, RJ.

The insertion mechanism conformity assessment organic food in settlement of Cachoeira Grande, Mage, RJ.

SIMAS, Anna Salles¹; TOLENTINO, Valeria²

1 Graduanda Educação do Campo- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ/PRONERA, annalec20@yahoo.com ; 2 Departamento Economia Doméstica/UFRRJ, valeriart@terra.com.br

Resumo

O presente estudo tomou como foco o Assentamento de Cachoeira Grande, localizado no município de Magé, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, no qual se buscou analisar desafios e perspectivas da produção de alimentos orgânicos e da implantação do Sistema Participativo de Garantia–SPG. A metodologia utilizada incluiu identificação e caracterização dos agentes e instituições envolvidas na implantação do SPG e entrevistas com agricultores participantes do sistema de forma a responder sobre motivação para a inserção na produção de alimentos orgânicos, as vantagens, desvantagens e dificuldades encontradas. Os resultados permitiram constatar que embora baixo percentual inicial de adesão (em torno de 5% das famílias assentadas), os agricultores certificados atestam o incremento de sua renda e a melhoria das condições de vida no assentamento. Entre as dificuldades apontadas esteve o acesso a sementes, mudas e fertilizantes orgânicos, e, para o transporte no escoamento da produção.

Palavras-chave: Alimentos orgânicos; Agricultores familiares; Reforma Agrária, Região Metropolitana.

Abstract:

This study took as its focus the Settlement of Cachoeira Grande, located in the city of Magé, the Metropolitan Region of Rio de Janeiro, in which they sought to analyze challenges and prospects of organic food production and implementation of Participatory Guarantee System-PGS. The methodology included the identification and characterization of actors and institutions involved in the implementation of PGS and interviews with farmers participating in the system to answer questions about motivation for inclusion in organic food production, the advantages, disadvantages and difficulties. Results show that although low percentage of initial adhesion (around 5% of settlers), farmers certificates attest to the increase of their income and improving living conditions in the settlement. Among the difficulties that has been access to seeds, seedlings and organic fertilizers, and to transport the flow of production.

Keywords: Organic food, family farmers, Agrarian Reform, Metropolitan Region.

Introdução

A agricultura denominada orgânica articula as preocupações ambientais com a qualidade de vida, buscando a equidade das dimensões sociais, econômicas, ambientais e culturais e está embutida no modelo de desenvolvimento sustentável (BARROS, 2006). Do ponto de vista da formalização, para que um produtor seja considerado orgânico, a exigência é que se registre no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. Para isso, é necessário obter a certificação e o selo de conformidade

orgânica, para o qual o interessado deve cumprir um conjunto de regras estipuladas pela Lei Federal 10.831/03 regulamentada pelo Decreto Federal 6.323/07 (BRASIL 2003; BRASIL, 2007), e considerar o disposto nas Instruções Normativas MAPA Nº 19 e Nº 50 de 2009, que tratam respectivamente, da aprovação dos mecanismos de controle e informação da qualidade orgânica e do selo único oficial do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (BRASIL, 2009a; BRASIL, 2009b). O processo de certificação pode ser realizado de três formas: por auditoria, pelo Sistema Participativo de Garantia (SPG) e pelo Controle Social na Venda Direta.

O aprimoramento da legislação vinculada à produção e distribuição de alimentos orgânicos na última década, ajuda apontar a dimensão da emergência do tema e a necessidade de sua regulação. De acordo com EMBRAPA (2012), a produção de alimentos orgânicos cresce em escala de 20% ao ano e, conforme Borsatto (2011) está voltada a atender principalmente ao consumidor de classe média, com níveis de instrução mais elevados, preocupados em conhecer o produto e saber qual sua origem. Ao mesmo tempo, para além dessa perspectiva de um nicho de mercado para “os que podem pagar por alimentos diferenciados”, a produção e oferta de alimentos saudáveis também ocupa a agenda de segmentos comprometidos com a ampliação do acesso desses alimentos a toda a população. Desta forma, a instituição de uma Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO, pelo Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, representa o resultado dos esforços da luta dos movimentos sociais do campo e setores vinculados à defesa de um modelo de desenvolvimento com base no uso sustentável dos recursos naturais e oferta e consumo de alimentos saudáveis. A PNAPO tem como principal objetivo a promoção da transição agroecológica e a produção orgânica baseando-se na promoção de um desenvolvimento rural sustentável que possibilite que a população tanto do campo quanto da cidade adquira alimentos saudáveis sem agredir ao meio ambiente (BRASIL, 2012).

No estado do Rio de Janeiro, o cultivo de alimentos orgânicos tem sido incentivado em diversas comunidades agrícolas e assentamentos. A Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (ABIO) possui em seus registros 211 membros dos quais 162 são certificados, sendo 05 comerciantes, 03 produtores de insumos, 142 produtores de alimentos *in natura* e 12 processadores. A maior concentração de produtores orgânicos está na região Sul Fluminense (37%) e região Serrana (34%) do RJ. A ABIO está autorizada pelo MAPA para funcionar como Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica – OPAC, para o funcionamento da certificação participativa (ABIO, 2012)

O presente estudo tomou como foco o Assentamento de Cachoeira Grande, localizado no município de Magé, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, no qual se buscou analisar desafios e perspectivas da produção de alimentos orgânicos e da implantação do Sistema Participativo de Garantia– SPG.

Metodologia

A área de estudo compreendeu o assentamento de Cachoeira Grande que é vinculado a esfera estadual, regularizado pelo ITERJ – Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro. Localizado no município de Magé, Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

O trabalho foi realizado de janeiro de 2011 a dezembro de 2012, durante os períodos de tempo-comunidade do curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFRRJ/PRONERA e foi composto por duas etapas. O primeiro momento, de caráter exploratório, constou da identificação e entrevistas semi estruturadas com os agentes e instituições envolvidas na implantação do sistema de verificação da conformidade orgânica. Nesta fase também foi possível localizar os cadastros dos agricultores inseridos no SPG – Sistema Participativo de Garantia e o histórico de sua implantação. Na segunda etapa, os agricultores participantes do sistema foram entrevistados de forma a responder sobre motivação de sua inserção na produção de alimentos orgânicos, as vantagens, desvantagens e dificuldades encontradas.

Resultados e discussões

O assentamento de Cachoeira Grande, Magé, RJ, foi legalizado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro em 1986 como uma regularização fundiária, que corresponde segundo Alentejano (1999, apud AMARO JR, 2009, p.15), como “ações de desapropriação que se deram em áreas onde havia conflitos envolvendo posseiros”.

O assentamento teve sua história vinculada a uma indústria têxtil, a América Fabril, estabelecida como uma fábrica-fazenda que teve seu auge no início do século XX. De acordo com o relato dos assentados, a fábrica oferecia aos funcionários a moradia e havia permissão das famílias para utilizarem seus quintais com cultivo para consumo próprio, não sendo permitida a comercialização. A “fábrica” também mantinha sua área para produção de alimentos. A partir dos anos de 1960, acompanhando o processo degenerativo de companhias têxteis do Brasil, a unidade foi sistematicamente sendo desativada e, assim, iniciando o longo processo de luta dos trabalhadores pela legitimação dos lotes, cujos relatos dos agricultore(a)s entrevistado(a)s, datam 1972. Atualmente o território agrega cerca de 156 famílias em lotes que variam entre 0,5 a 5ha, sendo a área determinada em consequência da divisão informal existente antes da regularização.

O processo de resgate do modelo de produção de alimentos orgânicos se deu principalmente a partir de 2011, por meio da ABIO e do Projeto PAIS – Produção Agrícola Integrada Sustentável (iniciativa privada). A inserção da discussão resultou na adesão de famílias à produção orgânica com selo de identificação, agregando hoje, oito (8) lotes registrados no sistema de certificação SPG.

Os argumentos das famílias para as vantagens do sistema orgânico englobam aspectos como a melhoria de renda da família, a preocupação com o próprio consumo de alimentos saudáveis, com os alimentos que disponibilizam e também com a preservação dos recursos naturais. Além disso, alegam diminuição nos custos diretos de produção e nas características das unidades de produção, apontando que as áreas ficaram mais “verdes” já que muitos conviviam com o uso de herbicidas químicos designados por eles como “mata mato”, tendo o produto *roundup* como referência .

As dificuldades apontadas estiveram relacionadas ao acesso a insumos tais como sementes, mudas e defensivos orgânicos. Além disso, embora o argumento do assentamento estar localizado próximo ao segundo maior mercado consumidor de

produtos orgânicos no Brasil e a existência de um circuito de feiras orgânicas na cidade do Rio de Janeiro, colocado como um fator favorável para a produção local, o transporte dos produtos para os pontos de venda foi assinalado como um grande entrave. As soluções para esta questão tem sido escoar parte da produção com a venda direta nos lotes.

Quanto à adesão ao SPG, o argumento predominante foi atender à necessidade para comercialização dos produtos, seguido de aspectos tais como a possibilidade de agregar agricultores e facilitar trocas com em grupo. Não houve ênfase para variáveis relacionadas a garantias ao consumidor. A visibilidade da dimensão do SPG como um espaço democrático e de exercício da cidadania, foi mais evidenciado pelos técnicos vinculados à entidades como Emater-RJ e ABIO, talvez porque os próprios agricultores pelo pouco tempo de formalização/legalização de seus alimentos orgânicos, não tenham se deparado com a exigência da modalidade de certificação por auditoria. Sobre as dificuldades de implantação do SPG, o desafio colocado fica por conta da prática de organização e desenvolvimento do trabalho em grupo.

Conclusões

Nos últimos três anos foram registradas oito (8) famílias como produtoras de alimentos orgânicos certificadas pelo SPG-ABIO, em Cachoeira Grande. Embora isso signifique apenas 5% das famílias assentadas, todos os envolvidos são otimistas para a tendência de expansão do sistema de produção orgânica localmente. As famílias atestam que obtiveram incremento de renda e vinculam sua prática a um estilo de vida que promove alimentos saudáveis, preservação do meio ambiente e sustentabilidade.

Entre os desafios da implantação da produção e validação da conformidade orgânica, destacam-se a dificuldade de obtenção de mudas, sementes e fertilizantes orgânicos. Há ainda limitações no acesso ao mercado potencial de consumidores do Rio de Janeiro, por dificuldades de transporte dos produtos. Aponta, portanto, a necessidade de suporte e revisão na forma de escoamento da produção, bem como o incremento de trocas que favoreçam maior disponibilidade de sementes e fertilizantes.

Referências bibliográficas:

- ABIO- Associação de Agricultores Biológicos do Rio De Janeiro. Institucional. Disponível em: <www.abio.org.br> Acesso em 28/08/2012
- AMARO JR. J. Luta pela terra e formação de assentamentos no estado do Rio de Janeiro: o exemplo da franja metropolitana. Anais do V Encontro de Grupos de Pesquisa. Agricultura, Desenvolvimento Regional e transformações socioespaciais. 25 a 27 de novembro de 2009. UFSM. Disponível em <http://w3.ufsm.br/gpet/engrup/vengrup/anais/1/Jurandir%20Junior_NEGEF.pdf> Acesso em 15/03/2011
- BARROS, R.C. Agricultura orgânica no Rio de Janeiro: exemplo de interação rural urbana. Disponível em <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaagricola/15.pdf>> Acesso em 20/03/2011
- BORSATTO, R.S. A Agroecologia e sua apropriação pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e assentados da reforma agrária. Campinas,

2011. 298f. **Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola)** Universidade estadual de Campinas.2011

BRASIL, Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 de agosto de 2012

BRASIL, Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007. Regulamenta a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28/12/2007

BRASIL, Lei Nº. 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24/12/2003

BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. MAPA IN 19/2009, de 28 de maio de 2009. Aprova os mecanismos de controle e informação da qualidade orgânica dispostos no Anexo I da presente Instrução Normativa. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29/05/2009a

BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. MAPA IN 50/2009, de 05 de novembro de 2009. Institui o selo único oficial do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica, na forma dos Anexos à presente Instrução Normativa, e estabelece os requisitos para a sua utilização nos produtos orgânicos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 06/11/2009b

EMBRAPA. Tecnologia sustentável: Sistemas de Produção Sustentável. Conferencia das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável – Rio+20. Disponível em <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Home%20Page/Rio+20/Tecnologia%20sustentavel-Sistemas%20de%20Producao%20Sustentavel.pdf> Acesso em 10/11/2012